

# Ensino primário (1.º ciclo): quando se descuram os alicerces...

Joaquim Azevedo\*

**C**usta a entender como e porque é que uma sociedade, que sabe que se reconstrói, cultural e civilizacionalmente, em cada geração que passa, descarta um dos investimentos centrais que tem de realizar para erguer permanentemente os alicerces dessa reconstrução. De qualquer construtor que despreze os alicerces das obras que ergue, fixando-se obsessivamente nos andares de cima e no telhado, dir-se-á, no mínimo, que não regula bem.

Nos últimos vinte anos, em momento algum constituiu prioridade das políticas educativas o investimento no ensino primário (actual 1º ciclo do ensino básico, por força da Lei de Bases de 1986).

Isso deve-se apenas aos ciclos normais do investimento/desinvestimento público, dirão alguns como justificação. E advogará: depois de tantas décadas de incentivo ao crescimento do ensino primário, enquanto escolarização básica e universal, era mais do que evidente, com a queda da ditadura do Estado-Novo e a abertura democrática, que todas as prioridades se viessem a concentrar noutras direcções. E assim sucedeu. Nos últimos vinte anos, Portugal levou até ao sistema escolar perto de um milhão de cidadãos que antes não acediam à escola, a escolaridade universal e obrigatória foi elevada primeiro para seis e depois para nove anos, os ensinos secundário e superior expandiram-se e democratizaram-se... E, indiscutivelmente, os benefícios desta evolução são e serão enormes.

Então, para quê manter a atenção a este segmento elementar do sistema escolar, se havia tanto de novo e irrecusavelmente importante a fazer e que, durante tantas décadas, tinha sido desgraçadamente adiado? Para quê mais recursos didácticos e pedagógicos, mais formação de professores e instalações adequadas para o 1º Ciclo, se todos os anos encerram dezenas de escolas e tantas outras vão ficando despovoadas?

De facto, o ensino primário entrou em queda (e em desgraça). Literalmente: de 992.000 alunos, em 1970, passamos para 460.000, em 1994. O número de escolas evoluiu de 13.137, em 1975, para 9.100, em 1995. Em 1983/84 havia 650 escolas com 10 e menos alunos, nos quatro primeiros anos de escolaridade e, em 1994/95, há cerca de 1.800. Com menos de cinco alunos há perto de 350 escolas e com 25 e menos alunos, nos quatro primeiros anos, há 3.728 escolas, ou seja, mais de um terço do parque escolar do país!

Mais de 2.900 professores trabalham isolados, por vezes durante anos e anos a fio. Ainda não há incentivos para os professores que trabalham nas escolas isoladas e de montanha, onde as crianças continuam a ficar grandes temporadas sem professor. Há autarquias que apoiam as escolas e os professores, que investem muito em apetrechamento das escolas e em apoio aos professores e aos alunos. Mas também há escolas onde o giz acaba, as paredes estão imundas, os alunos não cabem nas velhas carteiras, não há sequer folhas de papel A4.

Um sector em perda. O professor primário e o ambiente sociocultural que o prestigiava já se esboroaram, em grande parte. Os diversos grupos sociais evoluíram nas suas representações acerca do sistema escolar enquanto factor de mobilidade social. Aconteceram muitas rupturas culturais, diversificaram-se muito as fontes do saber, os diplomados tornaram-se muito mais abundantes, novas profissões surgem como símbolos de identificação social. Ser professor primário perdeu irremediavelmente valor no novo ambiente sociocultural.

Mas, este não é apenas um sector em perda; ele está, além disso, envolvido num pesado silêncio. Porquê esta opacidade?

Porque é que o problema não se interroga e se debate? As respostas não serão fáceis. Creio que, em boa parte, será porque as crianças entre os 6 e os 9 anos, sobretudo as que usufruem de piores condições de ensino e aprendizagem, nunca entoaram nem entoarão palavras de ordem pela 5 de Outubro fora. Não há espectáculo! E os seus pais... os seus pais não escrevem nos principais jornais, não discursam na Assembleia, nem dirigem serviços da administração pública... E para os que escrevem, discursam e dirigem não está aqui em jogo qualquer elemento de despromoção social. Portanto, o silêncio.

## Os alicerces não mudaram de sítio

As perdas são enormes e, em grande parte, inevitáveis. Muitas das razões invocadas para este esquecimento até são muito razoáveis.

Só que os alicerces não mudaram de sítio e, queiramos ou não, continuam a ser os alicerces. É que, apesar da voragem das mudanças dos últimos vinte anos e da vertigem das auto-estradas, os alicerces da construção educativa escolar continuam lá, na educação básica e, em particular, no ensino primário, 1º ciclo do ensino básico. Não se deslocaram nem volatilizaram. Nem mesmo o alargamento da educação pré-escolar e a expansão do 2º ciclo do ensino básico, embora tenham melhorado consideravelmente as condições da educação da infância (3-11 anos), roubaram ao ensino primário as suas marcas fundacionais no edifício escolar.

E os alicerces são: o domínio das linguagens simbólicas da expressão e da comunicação, escrita e oral, da linguagem matemática, da compreensão do meio envolvente e da expressão pessoal física e artística. Não é apenas o saber ler, escrever e calcular, mas é também o ler, escrever e calcular, o conhecimento do meio físico e social, o fomento da sensibilidade artística e o desenvolvimento físico. Construir estes alicerces de forma sólida é uma das missões centrais da escola, a par evidentemente da socialização e do desenvolvimento pessoal, elementos estruturantes da criação de vínculos de proximidade humana.

É tempo de regressar do futuro (e não do passado) e perceber, séria e ponderadamente, a imensidão de prejuízos pessoais e sociais que advirão (e advêm) da ausência de um perfeito domínio destas competências básicas. Já hoje ouvimos, todos os dias, o coro das lamentações que a esse respeito se levantam: não se sabe ler, não se sabe escrever, não se sabe fazer contas! Vociferamos. E também já aprendemos a fazer o discurso: a prioridade para a educação, a importância estratégica de possuímos recursos humanos qualificados... É muito positivo, já não nos falta tudo!

Mas ainda nos falta passar à acção, retirando o ensino primário/1º Ciclo do verdadeiro ciclo de isolamento e esquecimento em que está submerso, desde as estruturas do Ministério da Educação à sociedade em geral. Conheço por experiência própria quão difícil tem sido quebrar este ciclo de isolamento.

## Revitalizar os alicerces

O que proponho é a negociação com os principais parceiros e a execução imediata de um plano de revitalização dos alicerces do nosso sistema escolar, o 1º ciclo do ensino básico, envolvendo os pais, as autarquias locais e os professores.

Enquadro as propostas que se seguem numa nova matriz de intervenção do Esta-

do no ensino primário. Depois de uma actuação de tipo infra-estrutural (em que, como nos outros ciclos de ensino, o que se sobrealimenta é o parque escolar, o recrutamento de professores, a definição dos planos nacionais de estudo...) e assistencialista (em que se remedeiam graves situações de desigualdade socioeconómica com programas de apoio social), talvez valha a pena dar prioridade a intervenções mais socialmente participadas e de reordenamento estrutural, em ordem a alterar situações de desajustamento profundo que entravam a melhoria qualitativa deste nível de ensino.

Creio que podem ser integradas, num esboço desse plano, prioridades tão decisivas como estas:

a) Reordenar a rede escolar do 1º ciclo, entretanto profundamente deformada, integrando-a numa malha mais abrangente e educativamente mais coerente, constituída pelo ensino básico e pela educação pré-escolar. Quebrar o ciclo de esquecimento e isolamento requer esta integração na nova educação básica;

b) Criar novos agrupamentos escolares administrativos, de modo a propiciar três importantes prioridades: uma articulação permanente entre os professores, uma direcção e gestão autónomas em cada agrupamento, uma dinâmica de formação contínua;

c) Criar uma rede de Escolas Básicas Integradas, de média dimensão e dotadas de novos recursos pedagógicos e didácticos, capitalizando os bons resultados da experiência em curso, destinando-as prioritariamente à educação da infância;

d) Definir, integradamente com as fases anteriores, uma rede das "escolas isoladas", conferindo meios especiais de incentivo aos seus projectos socioeducativos, aos professores aí colocados;

e) Incentivar a formação em serviço dos professores, tirando o máximo partido da actual rede de Centros de Formação, resultante da associação de escolas;

f) Apoiar o desenvolvimento de "programas de apoio educativo", para vigorar após o horário escolar lectivo, localmente construídos pelos pais, professores, autarquias e outras instituições sociais locais;

g) Reestruturar todo o sistema de apoio pedagógico aos alunos com dificuldades de aprendizagem, estabelecendo regras mais exigentes e apostando na inclusão destes apoios nos projectos educativos das escolas, desde que estas tenham um novo modelo de direcção e gestão;

h) Realizar aferições nacionais e anuais de conhecimentos, para verificar o desempenho dos alunos do 1º ciclo no que respeita à escrita, leitura e cálculo, ao Meio Físico e à História de Portugal, corrigindo o ensino nos aspectos em que se revelar haver deficiências de aprendizagem;

i) Aproveitar a nova rede de escolas agrupadas para melhorar muito as condições de ensino e aprendizagem das expressões pessoais, físicas e artísticas, na escolaridade elementar.

Pouco, talvez muito pouco de sólido e duradouro se possa mudar no ensino primário-1º ciclo do ensino básico, enquanto não houver organizações escolares consistentes e dotadas de gestão autónoma, com equipas de professores que arquitectem essa mudança, em cooperação com os pais e as autarquias locais. A tarefa é imensa, mas... os alicerces são os alicerces. Não há volta a dar-lhe. No momento em que se quer deslocar a prioridade educativa para a formação ao longo da vida e os investimentos no ensino superior continuam em crescimento rápido, é preciso redescobrir o valor dos alicerces. ■

\* ex-secretário de Estado do Ensino Básico